

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: EM BUSCA DE SABERES ESPECÍFICOS

ALEXANDRE, Renata Fabiana.

Mestrado em Educação Escolar – FCLAR-UNESP- CAPES

EIXO TEMÁTICO: História da formação e organização da categoria docente.

Este trabalho buscou contribuir com a discussão sobre a profissionalização docente para a educação infantil, propondo uma reflexão sobre os saberes específicos e o perfil docente para o magistério pré-escolar, configurados em uma proposta de formação em nível superior.

Entre os anos de 1984 e 1996, passando pelas denominações Especialista em educação pré-escolar e Magistério do pré-escolar, a habilitação do Curso de Pedagogia da FE – Unicamp destinava-se à formação docente para a Educação pré-escolar.

O currículo dessa habilitação era composto por um conjunto de disciplinas obrigatórias e de disciplinas eletivas. Desse rol, 6 eram obrigatórias: Psicologia do Pré-escolar; Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Curricular da Pré-escola; Fundamentos da Educação pré-escolar; Nutrição, Saúde e Higiene do Pré-escolar, Didática para a Educação pré-escolar e Estágio Supervisionado em Educação pré-escolar, as quais permaneceram no currículo do curso até o ano de 1994.

Buscando conhecer o corpo de saberes definidos como específicos para essa formação, é possível estabelecermos algumas relações entre essas disciplinas e alguns aspectos do curso.

A disciplina Psicologia do Pré-escolar visava o “estudo do comportamento do pré-escolar em seus aspectos cognitivo, afetivo e social” . Essa ementa está relacionada à instrumentalização do futuro professor no cumprimento de suas tarefas, tais como promover o desenvolvimento através de estimulação adequada; acompanhar o desenvolvimento infantil; encaminhar ao especialista caso houvesse algum problema na aprendizagem; respeitar as diferenças individuais. Para que o professor pudesse compreender, acompanhar e respeitar a criança pré-escolar tornou-se insubstituível em sua formação conhecer essa criança sendo, para tanto, subsidiado pelos conhecimentos da Psicologia. Aqui encontramos indícios da relativa contribuição para a educação pré-escolar das pesquisas em *Psicologia do Desenvolvimento*, então realizadas e divulgadas no período. A Psicologia,

nesse momento, constituiu-se em uma das ciências que muito colaborou para delinear a especificidade do trabalho com a criança em idade pré-escolar. No programa dessa disciplina encontramos a teoria piagetiana como principal perspectiva teórica.

A partir dos estudos de Silva, A. (2003) e Rivero (2001), podemos inferir que ter a Psicologia como fundamentação para o trabalho com crianças pequenas não foi um privilégio da habilitação do curso de Pedagogia da FE/Unicamp. Seus estudos constataram o predomínio da Psicologia na estruturação das habilitações para o magistério pré-escolar dos cursos de Pedagogia das Universidades Federais de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais e de Sergipe.

Verificando a bibliografia da grade curricular da habilitação para o magistério pré-escolar da FE/Unicamp constatamos a presença da Psicologia como fundamentação nas seguintes disciplinas:

- a) obrigatórias: Psicologia do pré-escolar; Didática para a educação pré-escolar; Fundamentos da educação pré-escolar;
- b) eletivas: Desenvolvimento da linguagem do pré-escolar; Modificação do comportamento infantil; Psicomotricidade; Tópicos especiais em educação pré-escolar; Programa de educação pré-escolar – PROEPRE; Psicologia Genética; Jogos dramáticos na pré-escola; Seminário de criatividade infantil.

É a Psicologia, que juntamente com outras áreas de conhecimento cujo objeto de estudo também é a infância, que pensada como disciplina obrigatória na formação vem se tornando parte do ideário do professor de pré-escola, possibilitando a este adulto ter autonomia profissional para definir e justificar o seu “ fazer pedagógico” em instituições de educação pré-escolar.

No entanto, precisamos considerar que críticas foram e estão sendo feitas a essa intrínseca relação entre a psicologia e a educação de crianças pequenas. Kuhlmann Jr. (1999), Cerisara (1999) e Faria (1999) apresentam um contraponto nessa problematização. São autores que questionam a supremacia da Psicologia na área da educação infantil, apesar de reconhecerem que a Pedagogia pouco tem se ocupado do trabalho com as crianças menores de 6 anos e quando o faz privilegia a faixa etária de 4 a 6 anos.

Rocha (1999) acredita que a Pedagogia da Educação Infantil, que está em construção, pode ser um referencial fértil para estudos sobre a educação de crianças pequenas.

Em relação à disciplina Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Curricular da Pré-escola, o objetivo era conhecer o “desenvolvimento de aspectos técnico-práticos do processo de planejamento, elaboração e avaliação de um currículo para a pré-escola. Análise crítica dos currículos existentes, com especial atenção à concepção inerente de currículo, aos objetivos p Disciplina cujo intuito era desenvolver uma posição crítica, nos habilitando frente às práticas de *educação pré-escolar compensatória*; postura crítica também assumida pelo corpo docente da Faculdade de Educação da Unicamp. Destacamos dentre a bibliografia dessa disciplina os estudos da Professora Orly Zucatto Mantovani de Assis, docente responsável pela disciplina e pelo Programa de Educação Pré-escolar PROEPRE¹, e de autores piagetianos, como Constance Kamii.

A disciplina Fundamentos de Educação pré-escolar teve como justificativa: “análise crítica dos fundamentos e pressupostos políticos, econômicos, sociais e psicológicos da educação pré-escolar. A política educacional brasileira e a educação pré-escolar e a problemática dos objetivos da educação pré-escolar”. Uma disciplina que permitiria ao aluno um amplo conhecimento da educação pré-escolar inserida na problemática da educação nacional. Nessa disciplina o aluno estudaria as principais propostas para a educação pré-escolar e as análises críticas feitas a cada uma delas: a proposta assistencialista; a compensatória; a preparatória e a proposta desenvolvimentista. Também esteve presente a problemática da alfabetização na pré-escola e do preparo da criança pré-escolar para seu ingresso na então escola de 1º Grau. A proposta constituiu-se em um estudo crítico dessa temática. Nas indicações para a leitura encontramos: documentações estaduais e nacionais; textos do PROEPRE; textos da professora Orly Z. Mantovani de Assis, textos de Constance kamii e de Sonia Kramer.

Nutrição, Saúde e Higiene do Pré-escolar, disciplina que pretendia o “estudo dos problemas de desenvolvimento físico até 6 anos de idade. Características físicas. Cuidados especiais de higiene e saúde. Características das principais doenças infantis – encaminhamento e prevenção”. O professor de pré-escola também deveria zelar pelo bem-estar físico de seu aluno, a partir do conhecimento de seu desenvolvimento e dos principais cuidados de higiene necessários. O trabalho do professor de educação pré-escolar não poderia estar desvinculado de cuidados básicos com a criança, ressaltamos aqui a ênfase na higiene e na prevenção de

doenças. Analisando a programação dessa disciplina, constatamos a prevalência da medicalização do fracasso escolar.

Didática para a Educação pré-escolar – “estudo dos principais métodos, processos e técnicas a serem utilizadas no trato com a criança a fim de que os objetivos da educação pré-escolar possam ser atingidos”. Uma disciplina que instrumentalizaria o futuro professor em seu trabalho pedagógico com crianças pequenas. Em seu programa semestral, a disciplina previa como objetivo analisar criticamente três correntes dominantes no campo da educação da criança de 3 a 6 anos: Teoria da Privação Cultural, Teoria de Jean Piaget e Abordagem Psico-cultural da Educação. Nesse programa encontramos indicações de leitura dos textos de Constance Kamii; da Professora Orly Zucatto Mantovani de Assis e da Professora Regina Alcântara de Assis, docente responsável pela disciplina.

Essa disciplina articulada com o Estágio Supervisionado em Educação pré-escolar permitiria ao futuro professor uma formação didático-pedagógica necessária à futura atuação docente. A realização de estágios em “situações escolares e/ou institucionais (creches, centros comunitários) ligados ao atendimento público” das crianças pré-escolares envolveria não apenas a observação de classes pré-escolares, mas também “participação na programação de atividades educativas a elas direcionadas”.

A presença dessa disciplina nesse currículo de formação revela-nos a importância do âmbito prático para a formação do futuro profissional. A ênfase em uma formação prática por meio de estágios, como afirmou Kuleska (1998), revela a valorização da prática profissional nos cursos de formação.

As disciplinas eletivas, dentre as quais o aluno fazia a sua opção, constituíram um rol diversificado na formação. Durante a permanência da habilitação, aproximadamente 28 disciplinas constaram como optativas ao aluno. Algumas delas permaneceram por quase todo o período de existência da habilitação, dentre elas: *Psicologia Genética; História da Educação do Pré-escolar; Jogos Dramáticos na Pré-escola; Educação Física e Recreativa do Pré-escolar, Psicomotricidade.*

Além dessas, encontramos os programas de outras disciplinas optativas que também constavam do Plano de Curso da Habilitação Especialista em Educação pré-escolar de 1984, a saber: *Desenvolvimento da linguagem do pré-escolar; Educação do pré-escolar institucionalizado; Programa de educação pré-escolar – PROEPRE; Tópicos especiais em educação pré-*

escolar; Modificação do comportamento infantil; Seminário de criatividade infantil.

Desse elenco de disciplinas, a partir de seus respectivos programas, destacamos como conteúdos específicos para o futuro professor de pré-escola:

- a) o conhecimento sobre o jogo e a criatividade como conceitos ligados ao processo de transformação sócio-histórico-cultural;
- b) as diversas possibilidades de expressão da criatividade tais como: o movimento, a música, o artesanato, a arquitetura e o teatro;
- c) a adequação dos procedimentos didático-pedagógicos da Educação Física às características das crianças entre 3 e 7 anos de idade;
- d) as teorias psicolinguísticas que consideram o processo de aquisição da linguagem oral e escrita pela criança;
- e) a compreensão de conceitos fundamentais da psicologia de Jean Piaget;
- f) o conhecimento da história da educação pré-escolar no Brasil, relacionando-a ao contexto sócio-econômico-político de cada período.

Essas disciplinas formaram um conjunto diversificado e amplo de temáticas sobre a infância e sua escolarização, que contribuíram para pensar sobre a educação de crianças menores de 7 anos de idade. Disciplinas que tiveram por objetivo instrumentalizar o futuro professor pré-escolar no exercício diário de sua função docente. Por se constituírem em disciplinas optativas, dependeria da compreensão de cada graduando sobre a educação pré-escolar, e de acordo com sua concepção, selecionar determinadas disciplinas, em detrimento de outras, que complementariam a sua formação docente para atuar em instituições de educação infantil.

Pelas disciplinas obrigatórias da habilitação, verificamos que ser professor na Educação pré-escolar se constituía em dominar conhecimentos peculiares ao trabalho com as crianças em idade pré-escolar. A partir da fundamentação teórica disponível no período, sobretudo pesquisas de cunho psicológico, a habilitação configurou uma proposta de formação específica para o magistério pré-escolar, selecionando e priorizando conhecimentos produzidos sobre a infância.

Relacionando o conceito de currículo “aos conflitos e lutas de poder no interior da comunidade educacional e científica no sentido de instaurar (legitimar) certas correntes e tendências de investigação e de ação pedagógica” (Goodson, 1997, p. 13) consideramos que nessa grade curricular da Habilitação, em análise, estão também impressos os saberes produzidos e

veiculados pelos pesquisadores na área e pelos docentes da FE, revelando de certa forma as tendências das pesquisas e estudos realizados no período, o que demonstra a contemporaneidade desse curso com as pesquisas nacionais e internacionais na área, como a produção acadêmica das professoras Orly Z. Mantovani de Assis, Regina de Assis e Ana Luiza Smolka, além do projeto PROEPRE.

É imperioso, ainda, destacar que por ser a universidade o *lócus* desta formação para a educação infantil, a relação entre ensino e pesquisa esteve presente e constou dos objetivos desse Plano de Curso; podendo ainda ser considerada um dos grandes diferenciais entre a formação de professores na Habilitação Específica para o Magistério – 2º Grau e na Pedagogia, em nível superior.

Ser professor na educação infantil, como afirmou Machado (1998, p. 67): “[...] passa pelo domínio progressivo de um conjunto de conhecimentos, habilidades e valores condizentes com a prática que se deseja efetuar junto às crianças e seus familiares, apontando para a necessidade de investigar outros ingredientes presentes nesse campo de atuação.”

Essa proposta de formação priorizou um determinado “conjunto de conhecimentos, habilidades e valores” pertinentes a um perfil de profissional para educação infantil e nesse caso o perfil delineado foi o de professor de pré-escola, ou seja, um professor que atua com uma determinada faixa etária – 4 a e 6 anos.

Em suma, pela análise do Plano de Curso da Habilitação “Especialista para a educação pré-escolar”, o perfil de professor para a educação pré-escolar compreendia que esse profissional, além de conhecer a criança pré-escolar em seus aspectos psicológico, físico, psicomotor, cognitivo contribuiria ao seu adequado e sadio desenvolvimento. Deveria ter conhecimentos sobre uma didática própria para exercer a docência nesta faixa etária e também sobre aspectos gerais que envolvem o trabalho de qualquer docente tais como: organizar um plano de ensino, sequenciar objetivos, avaliar métodos, dentre outros. A esse profissional caía também a tarefa de zelar pelo bem estar físico, higiênico e salutar de seu aluno.

Em relação aos saberes considerados específicos a esta formação e, portanto, ao trabalho com crianças pré-escolares constatamos pela análise de ementas e programas das disciplinas:

- a) o conhecimento da criança pré-escolar pelo viés da Psicologia havendo, sobretudo, o predomínio da Psicologia do Desenvolvimento, destacando-se os estudos de Jean Piaget;
- b) os conhecimentos sobre o desenvolvimento físico e psicomotor; afetivo e social da criança;
- c) conhecimentos sobre o processo de aquisição da linguagem oral e escrita;
- d) as diversas possibilidades de expressão da criança: a música, as artes, a grafia, o movimento;
- e) a didática adequada para o trabalho com crianças pré-escolares. Conhecimento de uma metodologia para o ensino de criança em idade pré-escolar sob a perspectiva da Psicologia².
- f) os cuidados com a saúde e higiene do pré-escolar, com ênfase na prevenção e diagnóstico de possíveis distúrbios de desenvolvimento e de outra natureza;
- g) posição crítica dos graduandos frente às teorias que influenciavam a educação pré-escolar;
- h) análise crítica e elaboração de propostas curriculares adequadas para o trabalho com crianças pré-escolares.

Em contraposição, o que está silenciado nessa proposta de formação? Uma das questões ausentes é a educação das crianças menores de 3 anos no âmbito das creches. Os saberes elencados não contemplaram a especificidade do trabalho com essas crianças, como também não contemplaram as necessidades dessa faixa-etária.

Apesar da formação priorizada ter sido a de docente para a pré-escola, e, portanto priorizando o trabalho com 4 e 6 anos, julgamos que a FE-Unicamp, por meio desta habilitação, tenha contribuído para a produção de conhecimentos no campo da educação infantil e também tenha se constituído em espaço para o debate sobre a profissionalização docente para esse nível da educação básica ao propor uma formação para o magistério pré-escolar com saberes específicos e com um perfil próprio.

Este projeto de formação considerou dois princípios incorporados como fundamentais para a configuração da educação infantil: a) o profissional responsável pela educação de pré-escolares considerado um profissional docente; b) a necessidade de uma formação específica para este profissional.

O primeiro princípio considera que sendo o profissional de pré-escola um profissional docente, ele tenha os mesmos direitos dos professores das séries

iniciais: tais como planos de carreira; formação própria e exclusividade para atuação na área.

O segundo princípio considera que formar o professor para o magistério pré-escolar, diferenciando-o do professor do ensino primário, consiste na defesa por formação específica, com características próprias, compreendendo saberes e conteúdos próprios à concepção de educação pré-escolar e, por conseguinte, lhe garantir a exclusividade para atuar com crianças pequenas.

Estas são questões que, a qualquer época, justificam a definição de um *status* profissional, pois definir um determinado ofício enquanto profissão é garantir-lhe formação específica e atuação exclusiva em determinada área (ENQUITA, 1991).

Para refletirmos sobre esse processo de profissionalização, é preciso considerar a inclusão das creches e pré-escolas e a conseqüente definição do profissional que atua com crianças entre 0 e 6 anos de idade, como aquele adulto responsável pelo cuidado e a educação dessas crianças. Isso implica, dentre outras questões (SILVA, A., 2003): incluir a formação dos profissionais para a educação infantil nos cursos de formação para o magistério, assim como incluir todos os profissionais que atuam diretamente com a criança pequena na categoria do magistério.

A inclusão dessa temática da educação infantil nos cursos de formação para o magistério, seja em nível médio na modalidade Normal ou no ensino superior nos cursos de Pedagogia, ou ainda nos Institutos de Educação, no curso Normal Superior, implica considerar que a formação que vem sendo desenvolvida priorizou o perfil do professor de pré-escola, ao menos nos cursos de Pedagogia, como constataram os estudos de Rivero (2001) e Silva, A. (2003). Pudemos demonstrar em nosso estudo, que na habilitação para o magistério pré-escolar da FE/Unicamp essa tendência também foi marcante, pois, o perfil e os saberes definidos nessa proposta de formação contribuíram para pensar o *professor de pré-escola*, sobretudo as competências e habilidades desse profissional, como pudemos depreender da análise da habilitação: promover o desenvolvimento global da criança; realizar um trabalho na educação pré-escolar, considerando o enfoque preventivo dessa intervenção escolar; ensino sistemático de atitudes e de habilidades e a sistematização da rotina na instituição pré-escolar.

No entanto, esteve ausente nessa proposta de formação, a problemática da formação para os profissionais da creche, ou seja, para aqueles que atuam com crianças entre 0 e 3 anos de idade.

A questão sobre a inclusão dos profissionais de educação infantil na categoria do magistério não é algo novo para os docentes de pré-escola, haja vista que exercer a profissão de professora de pré-escola é função legítima, desde o final do século XIX³. Contudo, para os profissionais que se ocuparam historicamente da educação das crianças menores de 3 anos, inserir-se na categoria do magistério é uma situação totalmente nova, a qual implica em definição de um novo perfil profissional.

Aliás, estamos em processo de construção desse perfil profissional para a docência na educação infantil (incluindo as creches), pois é preciso considerar a trajetória histórica de formação do professor de pré-escola e, conseqüentemente, os seus saberes então legitimados, bem como, considerar os saberes dos profissionais que ficaram alijados dos órgãos de educação e de processos formais e específicos de formação: as pajens, as berçaristas, as monitoras, as auxiliares de classe. Além disso, necessário é, reconsiderarmos a supremacia da influência da Psicologia e nos aprofundarmos em uma pedagogia própria ao trabalho com crianças pequenas, a Pedagogia da Infância ou Pedagogia da Educação Infantil, assim denominada por Rocha (1999) e Cerisara (2004).

Nascimento (1999) questiona a denominação e o perfil docente para o trabalho com crianças pequenas. De acordo com essa autora, seria o perfil docente o mais adequado? Privilegiando a docência não estaríamos talvez desconsiderando a trajetória do educador de creche? A proposta da habilitação para o magistério pré-escolar da FE/Unicamp enfatizou esse perfil docente e configurou uma formação direcionada ao trabalho educativo-pedagógico. Sendo essa proposta de formação datada dos anos de 1980, carrega *ônus* e *méritos* de sua época. Carrega o *ônus* de uma proposta na qual está ausente o trabalho com as creches e a dimensão do cuidar e educar em uma proposta de trabalho integrado, mas também traz consigo o *mérito* de ter se configurado em uma proposta própria com conteúdos específicos ao trabalho em pré-escolas e, portanto, contribuiu para a discussão sobre os saberes próprios ao exercício da docência em classes pré-escolares.

Essa habilitação da FE/Unicamp, dedicada à formação do professor para a educação pré-escolar, apesar de se caracterizar pela prioridade conferida ao trabalho com as crianças entre 4 e 6 anos, constituiu-se em espaço

formativo e de pesquisa/debate/produção de conhecimentos sobre uma educação diferenciada do ensino de 1º Grau (hoje ensino fundamental), o que exigiu saberes e fazeres próprios ao trabalho com crianças pré-escolares. Dessa maneira, constituiu-se em uma proposta que prezou por uma formação de profissionais capazes para atuar de forma adequada às características, necessidades e prioridades dessa faixa-etária.

Quando a problemática da profissionalização docente para a educação infantil coloca-se na ordem do dia, algumas questões, ou melhor, alguns desafios, inserem-se na pauta:

- a) a necessidade de se romper com um modelo escolar de formação docente para a educação infantil sendo, para tanto, necessário evitar o modelo escolarizado tanto de formação quanto de organização e funcionamento das instituições de educação infantil;
- b) é preciso pensar uma denominação que melhor represente o novo perfil de profissional que se faz necessário para a educação infantil; como nos sugeriu Faria (1999), à semelhança de outros países nos quais há várias denominações para diferenciar os diversos perfis docentes, talvez fosse esse o caso: diferenciar a professora de creche da professora de pré-escola. Uma distinção que revele as peculiaridades do trabalho com crianças menores e maiores de 3 anos de idade; e não uma distinção que continue a fragmentar a formação, a marginalizar a creche ou ainda que continue a alijar os profissionais da creche do âmbito educativo;
- c) garantir uma formação que efetivamente proporcione à futura professora de educação infantil a possibilidade de realizar um trabalho integrado de cuidar e de educar;
- d) ter clareza nos cursos formativos sobre a implicação do assentamento das creches como equipamento educativo, ressignificando a formação da professora de pré-escola;
- e) realizar pesquisas que demandem as necessidades formativas dos profissionais de creches;
- f) conhecer e valorizar os saberes dos profissionais de creche.

Em suma, a exigência de formação docente para a educação infantil não é nova, tal exigência surgiu com a própria instituição do Jardim de Infância. No entanto assumir o perfil docente para o trabalho com crianças entre 0 e 3 anos de idade, enquanto um perfil de profissional qualificado, é exigência recente. Aos cursos de formação cabe, agora, incorporar as pesquisas acadêmicas na área, os conhecimentos desenvolvidos na prática

dos profissionais de creches e também, a partir de uma análise sobre a tradição da formação da professora de pré-escola, avaliar o que é relevante desses saberes para a formação inicial para a educação infantil. Postulamos que tais conhecimentos caminhem em direção ao que Mantovani e Perani (1999) definiram como uma profissão a ser inventada: a *profissão de professora de crianças pequenas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERISARA, Ana Beatriz. Dinâmica das relações entre profissionais de educação infantil. **Perspectiva**, Florianópolis, n. especial, p.109-135, 1999.

ENGUITA, Mariano F. A ambigüidade da docência entre o profissionalismo e a proletarização. In: **_CICLO DE CONFERÊNCIAS DA CONSTITUINTE ESCOLAR**, 1991. Caderno temático 1 [s.l.]: [s.n.].

FARIA, Ana Lúcia Goulart. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma Pedagogia da Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; PALHARES, Marina Silveira (Org.). **Educação Infantil Pós – LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados; São Carlos: Editora da UFSCar; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. p. 67-97. (Polêmicas do Nosso Tempo, 62).

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

KUHLMANN Jr., Moysés. Educação infantil e currículo. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; PALHARES, Marina Silveira (Org.). **Educação Infantil Pós –LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados; São Carlos: Editora da UFSCar; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. p. 51-65. (Polêmicas do Nosso Tempo, 62).

KULESKA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da escola normal no Brasil (1870-1970). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998.

MACHADO, Maria Lucia de Alcântara. **Formação profissional para a educação infantil: subsídios para idealização e implementação de projetos**. 1998. 338 f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Educação, Puc/SP, São Paulo, 1998.

MANTOVANI, Susanna e PERANI, Rita Montoli. Uma profissão a ser inventada: o educador da primeira infância. **Pro-posições**, Campinas, v.10, n. 28, p.75-98, março, 1999.

NASCIMENTO, Maria Evelynna Pompeu do. Os profissionais da Educação Infantil e a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; PALHARES, Marina Silveira (Org.). **Educação Infantil Pós –LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados; São Carlos: Editora da UFSCar; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. p. 99-112. (Polêmicas do Nosso Tempo, 62).

SILVA, Anamaria Santana da. **A professora de Educação Infantil e sua formação universitária**. 2003. 223f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2003.

RIVERO, Andréa Simões. Da educação pré-escolar à Educação Infantil: um estudo das concepções presentes na formação dos professores no Curso de Pedagogia. **GT 7 – Educação da criança de 0 a 6 anos** – [on line]. 24^a Reunião Anual – Anped, 2001 [citado 20 de março de 2002] Disponível na World Wide Web: <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/trivero.PDF>

ROCHA, Eloísa Acires Candal. A pedagogia e a educação infantil. **GT 7- Educação da criança de 0 a 6 anos** -[on line]. 22^a Reunião Anual - Anped, 1999 [citado 02 de Abril 2004] Disponível na World Wide Web: <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/~nee0a6/ROCHA.pdf>

¹ Esse programa é uma proposta pedagógica que surgiu a partir da tese de doutorado da Professora Orly Zucatto Mantovani de Assis em 1974. No ano de 1983, por meio de um convênio com o MEC, o programa atingiu outros estados. Atualmente é um programa de formação para educação infantil e ensino fundamental. Também se constitui em uma das linhas de pesquisa do Grupo de Estudos do Laboratório de Psicologia Genética – LPG, do programa de pós-graduação em educação da Faculdade de Educação da Unicamp.

² Para Silva, A. (2003), metodologia que atualmente vem sendo pensada sob uma nova perspectiva ainda em construção: a Pedagogia da Infância ou Pedagogia da Educação Infantil. De acordo com Rocha (1999), a Pedagogia da Educação Infantil teria como objeto de preocupação a própria criança: seus processos de constituição como ser humano em diferentes contextos; sua cultura; suas capacidades intelectuais, estéticas, expressivas e emocionais.

³ Em 1896 foi criado o primeiro de Infância público do Estado de São Paulo, anexo à escola Normal Caetano de Campos. Consta do Regulamento da Escola Normal de São Paulo, Decreto 397 de 9 de outubro de 1896, que ficou estabelecido nomeação de uma professora primária para atuar nessa instituição.